



PARECER TÉCNICO CONSELHO FISCAL PARA CONTAS EXERCÍCIO 2021

Em análise as demonstrações contábeis e financeiras apresentadas pela diretoria do Volta Redonda Futebol Clube para atendimento às exigências estatutárias das atribuições do conselho fiscal bem como subsidiar a tomada de decisões no julgamento das contas do exercício social de 2021, venho abaixo apresentar as seguintes considerações:

Variações em Reais entre os exercícios de 2020 e 2021:

1 – RECEITAS FUTEBOL PROFISSIONAL:

2020	2021	Variação
9.816 Milhões	8.229 Milhões	-16,16%

2 – DESPESAS FUTEBOL PROFISSIONAL:

2020	2021	Variação
6.001 Milhões	4.361 Milhões	-27,33%

3 – RECEITAS ADMINISTRATIVAS:

2020	2021	Variação
265 Mil	596 Mil	+125%

4 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS/FUTEBOL AMADOR :

2020	2021	Variação
1.744 Milhões	3.334 Milhões	+91,17%

5 – RECEITAS FINANCEIRAS:

2020	2021	Variação
566 Reais	3,26 Reais	-99,42%

6 – DESPESAS FINANCEIRAS

2020	2021	Variação
278 mil	367 Mil	+32%

7- SUPERÁVIT/ DÉFICT

2020	2021	Variação
1.744 Milhões	3.334 Milhões	+91,17%

2020	2021	Varição
4.244 Milhões	658.845 Mil	-84,48%

8 – PATRIMÔNIO SOCIAL:

2020	2021	Varição
872.172 Mil	1.531 Milhões	+75,57%

9 – ENDIVIDAMENTO A CURTO PRAZO:

2020	2021	Varição
4.913 Milhões	4.663 Milhões	- 5,09%

PARECER

Eu, Gesnaldo Batista Cunha, Conselheiro Fiscal em exercício pelo período de 2019 a 2022, baseado na apresentação das contas do clube relativas ao exercício de 2021 esclareço que as receitas e despesas do Clube apresentaram variação dentro dos padrões “naturais de gestão” em comparação ao exercício imediatamente anterior.

O endividamento geral do clube versa sob as contas de liquides “imediate”, ou seja, à curto prazo, esses se mantem estável frente à capacidade de pagamentos com leve redução neste exercício de 2021.

O Clube vem adotando no tocante aos empréstimos tomados junto à terceiros, política de redução, tanto na tomada de novos empréstimos, quanto ao pagamento aos credores atuais. Desta forma, anota-se uma redução de dívidas com terceiros de 2.236.104 Milhões para 1.591.859 Milhões. Uma redução de 28,81%. Tendo assim este conselho opinião positiva sob a nova realidade.

A técnica contábil para apresentação das contas do clube ainda não atende em 100% a ITG 2003 (Norma Técnica Contabil para entidades de Futebol) e ao Manual da APFUT, em especial a contabilização de investimentos com atletas do futebol amador (base) e direitos econômicos sob profissionais como ativo “intangível”. Este cuidado deixaria registrado como patrimônio/bens os gastos com atletas em formação e os direitos econômicos, refletindo positivamente no resultado econômico do clube e auxiliando a diretoria na mensuração mínima do valor “econômico” do atleta. Este conselho orienta desde 2019 os serviços contábeis do Clube a procederem conforme a norma permitida. Até a presente apresentação infrutífero. Porém, no entanto, não influencia em nossa opinião.

Baseado nos dados e argumentos acima expostos, este conselho fiscal vota por “aprovar” as contas do exercício de 2021 com as seguintes recomendações:

1 – Evidenciar no Balanço Patrimonial o “Ativo Intangível” que são nada mais que os direitos econômicos dos jogadores profissionais e os investimentos feitos em formação de atletas (escolas oficiais e base), conforme Resolução CFC 1005/04, NBC T 10.13, Lei Federal 9.615/98 (Lei Pelé), ITG 2003 e manual da APFUT.

Esta atitude desoneraria o resultado econômico do clube, pois, permanece o departamento contábil classificando "todo e qualquer gasto" em formação de atletas como "despesas", não espelhando desta forma a realidade do clube;

2 – Tornar mais efetiva e incisiva a cobrança das franquias e patrocinadores, tendo em vista o alto índice de inadimplência dos mesmos junto ao Clube;

3 – Contagem, reavaliação e registro (placas e mapas de inventário patrimonial) de "todo" o patrimônio do Clube conforme orientações anteriores deste conselho e orientação em parecer técnico da auditoria deste ano;

4 – Criação de contas contábeis individuais para cada empréstimo com pessoas físicas ou jurídicas fazendo menção ao histórico do lançamento do número do contrato de empréstimo se feito junto às instituições financeiras ou data da assinatura com reconhecimento de firma ou assinatura digital em arquivo lógico (pdf) se pessoa física;

5 – Esforço efetivo em diminuir operações em dinheiro ou pagamentos em cheques. Este último, ao ver por este conselheiro, é demasiadamente excessivo, atos como pagamentos de folha por exemplo, podem ser feitos diretamente em contas salários dos funcionários, no qual o débito é feito na conta do clube em única vez, com relatório detalhado das contas creditadas que serve de comprovação de pagamento e melhora o controle e transparência, além de, diminuir consideravelmente o tempo de operacionalização dos pagamentos;

6 – Padronizar o recebimento de parcelas das franquias mediante boletos bancários, para facilitar o controle e a transparência das operações;

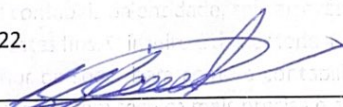
7 – Internação dos procedimentos contábeis da entidade, seja através de contabilista efetivo ou empresa contábil contratada para estes fins. O intuito é deixar toda a escrita contábil, financeira patrimonial e de pessoal no interior da sede, bem como o contabilista em tempo efetivo no clube onde poderá exercer suas funções com técnica mais precisa e acurada.

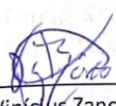
8 – Corrigir a "**demonstração do resultado abrangente**" para ficar em conformidade com a NBC TG 26 (CFC) e Manual APFUT. Sendo:


"demais variações do patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial, certos ajustes de instrumentos financeiros, variações cambiais de investimento no exterior e outros, que poderão transitar no futuro pelo resultado do período ou irem direto para superávit/déficit acumulados), são apresentadas como outros resultados abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente do exercício, ou seja, corresponde ao resultado do exercício com os outros resultados abrangentes. A referida demonstração pode ser apresentada separadamente ou dentro das mutações do patrimônio líquido" – Manual APFUT v1.1

Sem mais,

Volta Redonda, 21 de julho de 2022.


Gesnaldo Batista Cunha
Conselheiro Fiscal


Vinícius Zancanelli Bôsko de Souza
Conselheiro Fiscal


Reinaldo Luis da Silva
Conselheiro Fiscal